

## A POLÍTICA DO LIVRO, O LIVRO DIDÁTICO E LIVRO DIDÁTICO DO CAMPO<sup>1</sup>

Edneide Maria Ferreira da Silva<sup>2</sup>  
Elenita Pinheiro de Queiroz Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

Há tempos que a humanidade anseia pela compreensão do que é um livro. A concepção e uso que se faz atualmente dos livros, definem sua denominação como didático ou não. De modo que Livro Didático (LD) passa a ser aqui compreendido como todo e qualquer livro que seja utilizado para fins educacionais, de modo a facilitar o processo de ensino e aprendizagem em diversas áreas do conhecimento. Além disso, o LD pode ter um público específico, que nesse texto são os sujeitos do Campo, daí a denominação Livro Didático do Campo. Assim, considerando o descrito até aqui, temos como objetivo esclarecer os três aspectos explícitos no título, além de apresentar historicamente o surgimento e a necessidade de haver livros didáticos específicos para os povos do campo. Para tanto, fazemos uso de uma abordagem documental de natureza qualitativa do fenômeno investigado considerando a sua complexidade. Lembrando que esse texto é um recorte da pesquisa de doutorado e integra uma pesquisa mais ampla, financiada pelo CNPq que tem como foco a análise da coleção de livros didáticos de Ciências, aprovada pelo Edital PNLD Campo, de 2014. Ao final, é possível dizer que por meio da pesquisa, os objetivos teóricos foram cumpridos e que fica evidente a necessidade de elaboração de livro didático específico para o sujeito do campo na tentativa de suprir necessidades próprias de seus usuários, sem desconsiderar todo o aspecto mercadológico que também evoluiu ao passar dos anos.

**Palavras-chave:** Livro didático, Livro do Campo, Educação do Campo.

### INTRODUÇÃO

Ao realizar pesquisas em fontes diversas, percebeu-se que a preocupação em compreender o que é um livro, data de séculos passados. Por isso, é possível dizermos que: a palavra provém do latim *liber*; é um substantivo masculino e pode ser entendido como um objeto transportável, composto por páginas encadernadas ou reunidas por meio de cola, contendo texto manuscrito ou impresso com ou sem imagens; é uma coleção de folhas de papel, formando um volume que possui capa resistente; obra de cunho literário, artístico, científico etc.; e para fins de documentação, é uma publicação não periódica com mais de 48 páginas, além da capa.

A concepção e uso que se faz atualmente dos livros, definem sua denominação como didático ou não. De modo que Livro Didático passa a ser aqui compreendido como sendo todo

---

<sup>1</sup> O trabalho é parte de uma investigação de doutorado em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e integra uma pesquisa mais ampla, financiada pelo CNPq que tem como foco uma coleção de livros didáticos de Ciências, aprovada pelo segundo Edital PNLD Campo.

<sup>2</sup> Docente do Curso de LEdoC/CN-CSHNB/UFPI e Doutoranda da Universidade Federal de Uberlândia, Bolsista CAPES. Email: ed.mfs@ufu.br

<sup>3</sup> Professora Associada da Universidade Federal de Uberlândia. Email: elenitapinheiro@hotmail.com

e qualquer livro que seja utilizado com fins educacionais, com a finalidade de facilitar o processo de ensino e aprendizagem em diversas áreas do conhecimento.

Além disso, o Livro Didático pode ter um público específico, que nesse texto são os sujeitos do Campo, daí a denominação Livro Didático do Campo. Assim, considerando o descrito até aqui, temos como objetivo esclarecer os três aspectos explícitos no título, além de apresentar historicamente o surgimento e a necessidade de haver livros didáticos específicos para os povos do campo.

## **METODOLOGIA**

Para que a construção do texto siga e seja executada atendendo as exigências da área de Ciências Humanas, faz-se necessário dizer que todo o percurso da escrita implica, inicialmente, a configuração da abordagem, do método e dos instrumentos necessários à consecução das fases de investigação que levaram aos objetivos. A referida área requer um desenho cuidadoso dos procedimentos metodológicos, considerando o seu objeto principal que é o ser humano e o contexto sócio-político em que se insere, pois além das dimensões ontológica e metodológica, deve-se cuidar da dimensão axiológica.

Dessa forma, o cenário mais amplo, nosso destino final, insere-se em um contexto específico e cheio de contradições: o campo. Por isso, fazemos uso de uma abordagem documental de natureza qualitativa do fenômeno investigado considerando a sua complexidade. Lembrando que esse texto é um recorte da pesquisa de doutorado e integra uma pesquisa mais ampla, financiada pelo CNPq que tem como foco a análise da coleção de livros didáticos de Ciências, aprovada pelo Edital PNL D Campo, de 2014.

Assim, iniciamos com o conhecimento cronológico da concepção de livro, seguida de livro didático e livro didático do campo, expostos na sessão seguinte.

## **DESENVOLVIMENTO**

Com o advento da imprensa de tipos móveis observou-se a ocorrência de dois fenômenos. O primeiro foi o aumento significativo no número de livros disponíveis, haja vista a facilidade em se reproduzir mecanicamente tanto as obras já disponíveis quanto aquelas que ainda estavam por serem impressas. O segundo refere-se ao lançamento de livros, oferecendo assim, oportunidade de publicar um número cada vez maior desses objetos.

Outro aspecto a ser considerado é que, com o aumento de exemplares disponíveis, os livros adquirem caráter mercadológico e assim passaram a ser comercializados.

Segundo Gonçalves (2017, p. 40):

Imprimem-se livros para serem comercializados. A possibilidade de reproduzir um texto em uma quantidade nunca vista, em tempo relativamente curto, desde o início, se apresentou como uma atividade empresarial bastante interessante.

Com isso, houve significativa mudança no comportamento das pessoas e ocorre a ampliação do acesso à diversas ideias, que até então, só eram difundidas por meio de cópias manuscritas, e que portanto, eram de acesso restrito.

Por meio da propagação das ideias, alguns segmentos da sociedade sentiram-se incomodados, por razões diversificadas, e daí surge a censura. Esta por sua vez é instalada por segmentos da sociedade com vasta influência, como a Igreja. Dessa forma, a Igreja estabeleceu critérios para que houvesse impressão e distribuição de textos somente após terem passado por seu julgamento prévio.

Além disso, segundo Gonçalves (2017), a Igreja também estabeleceu uma lista de livros cuja posse e leitura estavam proibidos aos católicos. Dessa forma, a Igreja criou o *Imprimatur*, que do latim significa ‘impressão autorizada’. Segundo Gonçalves (2011, p. 42):

Trata-se de uma autorização para a publicação do livro dada pela autoridade eclesiástica, onde todos os textos, antes de serem impressos deveriam ser julgados e os livros deveriam exibir, na folha de rosto, a nota de que receberam o *Imprimatur*.

Por outro lado, a censura trouxe como consequência a circulação de livros na clandestinidade. A partir disso, o Estado, tendo como significativo representante a Igreja, desenvolveu seus próprios recursos de vigilância no sentido de localizar, confiscar e destruir cópias de textos indesejáveis. Daí a necessidade de se criar instrumentos jurídicos que tipificassem o crime de possuir exemplar de texto proscrito.

Gonçalves (2017, p. 42), afirma que:

A criação, em 1559, pela Igreja, do *Index Librorum Prohibitorum* representa uma das ações mais conhecidas no sentido de promover a censura a livros, de impedimento e repressão à posse dos mesmos.

Com isso, a partir da autoridade da Igreja e das autoridades laicas locais, foi exercido a vigilância e controle sobre pessoas, com a intensão de reprimir a apropriação de livros que estivessem no Index. Porém, os livros que não eram autorizados pela Igreja eram apreendidos e queimados, tendo sua estrutura física destruída, bem como o conteúdo contido neles. Fato que, de acordo com Gonçalves (2017, p. 45) tratava-se de queimar os livros e simbolicamente os próprios autores e suas ideias controversas.

Além disso, era arriscado ter a posse de um exemplar dos livros não autorizados no Index.

Desse modo, o livro foi transformado num sinistro fetiche. Sua posse se tornava como que a marca da morte. Fazê-lo desaparecer, afastar de si esse objeto, eliminar qualquer vestígio da presença do mesmo, se constituía num ritual para a manutenção da integridade física do indivíduo (GONÇALVES, 2017, p.49).

Em se tratando do Brasil, há registro de pelo menos uma cerimônia para a queima de livros promovida pelo Estado. Segundo Gonçalves (2017, p.50), o fato se deu no início de 1937, na cidade de Salvador, estado da Bahia e foi fomentado pela autoridade militar que fez a apreensão e queima dos livros em frente a Escola de Aprendizes e Marinheiros.

Além das obras de Ramos, a queima dos livros promovida na capital baiana, revelou uma perseguição ao filho da terra, Jorge Amado (1912-2001), pois:

Afinal, é dele o maior número de títulos e exemplares apreendidos. Contudo, além de Amado, há outro intelectual baiano que também teve exemplares de seus livros apreendidos e destruídos nesse episódio ocorrido em Salvador. Trata-se de Anísio Teixeira (1900-1971), cujo o livro Educação para Democracia aparece na lista do documento anteriormente citado. Teixeira fora demitido, em 1936, do cargo de Secretário da Educação do Estado do Distrito Federal. E o fora por conta de acusações de que era, ele também, conspirador em 1935 [...]. (GONÇALVES, 2017, p. 51).

Dessa forma constata-se que a censura se deu preferencialmente antes da circulação do livro ou ainda antes disso, mas não havendo tempo, ao já ter sido publicado, a coação a divulgação das ideias ou narrativas julgadas impróprias por algum grupo, se tornava mais intensa. Além da queima dos livros, o que trouxe aos impressores grandes prejuízos, outra forma de censura usada foi usar a tinta nanquim sobre partes de textos que já haviam sido impressos. O que em muito contribuiu para minimizar os prejuízos dos impressores.

Contudo, esse método não se mostrou muito eficiente quanto ao impedimento da leitura do texto censurado, pois com o passar do tempo a tinta nanquim vai se apagando, tornando visível o que estava por baixo dela.

Em se tratando de livros didáticos, faz necessário haver a clareza do que é um recurso didático. Dessa forma, em concordância com Souza (2007, p.2), compreendemos que é todo material utilizado como auxílio no ensino - aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos.

Há ainda a denominação de material didático, ao que Fiscarelli (2007, p.2) diz:

Consideramos que o conjunto de saberes, valores e significados construídos em torno de um objeto é que o faz tornar-se útil ao processo de ensino-aprendizagem, transformando-o em um material didático, [...]. Assim, em torno dos materiais didáticos tem se construído, ao longo da história da educação brasileira, um discurso que legitima sua utilização em sala de aula, salientando as suas potencialidades rumo a um ensino moderno, renovador, eficiente e eficaz.

A autora torna evidente que há distinção de nomenclatura, mas que, no entanto ao definirem, as autoras convergem nas ideias. Por uma questão de padronização, manteremos na

pesquisa o termo recurso, apenas a fim de padronizar a escrita, haja vista que os conceitos são semelhantes.

Assim, é possível perceber por meio dessas concepções que há diversidade de recursos que podem e são usados nesse processo. De modo particular, esse texto aborda aspectos do livro enquanto recurso didático, de modo a compreendermos de que forma esse está sendo utilizado e quais estão sendo suas contribuições, em especial na Educação do Campo. Pois segundo Souza (2007, p.2):

De acordo com o histórico do uso dos recursos didáticos na educação, pode se dizer que as transformações sociais e políticas mundiais e o desenvolvimento da psicologia trouxeram consigo a preocupação com o papel da educação, trazendo à luz estudos sobre o desenvolvimento infantil na aquisição do conhecimento, isso fez com que surgissem teorias pedagógicas que justificassem o uso de materiais “concretos” em sala de aula que com o passar dos anos tomaram feições diversificadas.

Em muitas realidades, esse é o único meio de informação tanto para professores quanto para alunos, caso bem característico da Educação do Campo. Portanto, considerando a concepção de educação que busca compreender o texto que compõe o livro didático dentro do cotidiano dos sujeitos, se faz necessário refletir sobre a importância do livro didático nas escolas do campo, de modo a alcançar sua função enquanto recurso didático.

A partir de tal concepção, supõe-se que ao elaborar um livro didático, haverá a preocupação em se considerar os aspectos regionais aonde esse material será utilizado, entretanto, na prática, pouco ou quase nada disso é percebido, principalmente em se tratando dos livros didáticos trabalhados nas escolas do campo.

Por isso, acreditarmos e defendermos a contextualização do livro didático, pois isso auxilia a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, a compreender a diversidade de suas realidades e por consequência, dão significado às suas práticas docentes enquanto professores e às suas aprendizagens, enquanto alunos. De modo que os conteúdos passam a ter sentido tanto para quem ensina quanto para quem aprende.

De acordo com Pereira (2014, p.137) “o conhecimento e práticas contextualizadas nos livros didáticos possibilitam que as áreas de conhecimento sirvam para compreensão do mundo em que vivemos” e isso vem sendo discutido ao longo da história da humanidade.

Levando-se em consideração que há critérios quanto a apresentação dos livros didáticos, tais como organização metodológica, onde os conteúdos são apresentados de forma gradual e em sequência, com linguagem compatível a série/ano na qual será trabalhado, devemos ainda considerar sua diferença com os demais livros. De acordo com Gonçalves (2017, p.64) está no fato dele conter conjuntos de atividades que devem ser realizadas pelos

estudantes. Ainda segundo o mesmo autor, há outra característica que define o livro como sendo didático, que é o fato de ser específico de uma dada disciplina.

Muito embora vá ser usado pelo aluno, não é ele quem seleciona o livro didático. A indicação pode ser realizada pelo professor, pela escola ou pelo órgão estatal responsável pela administração da educação escolar (GONÇALVES, 2017, p.64). De modo que fica imposto ao aluno utilizar o livro selecionado, em uma dessas três esferas, fato que é um importante condicionante das políticas públicas e define o mercado do livro didático.

Outro aspecto que caracteriza o livro como didático é o caráter temporário de sua demanda, diferente dos demais livros que não há época própria para sua leitura. Sobre isso, Gonçalves (2017, p.35) diz:

[...] o fato de a destinação do livro didático ser o trabalhado na escola e, ao mesmo tempo, o fato de que há livros didáticos específicos para cada disciplina escolar e para cada ano escolar exige que o livro, destinado ao ano escolar específico, chegue aos estudantes no início do ano escolar. Isso faz com que a produção e distribuição do livro didático tenha de se ajustar ao calendário escolar [...].

A partir do exposto, podemos afirmar que a distribuição dos livros didáticos deve seguir o calendário escolar. Dessa forma a política pública do livro didático deve ser desenvolvida de modo a garantir que o estudante receba seu livro até o início do ano escolar, pois falhas na produção e/ou distribuição desses levam ao comprometimento da política pública.

Segundo dados disponíveis na página do FNDE, do MEC, a política pública para distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira, excetuando-se os alunos da Educação Infantil surgiu em 1937. De início, como Instituto Nacional do Livro (INL), um ano depois, em 1938, por meio do Decreto-Lei Nº 1.006, de 30/12/1938, é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País. Essa Comissão teve caráter permanente, e seus membros, num total de sete, foram nomeados pelo presidente da República. Assim, é possível dizer que houve consolidação na forma de atuação do Estado no que se refere às políticas públicas em torno do livro didático, caracterizando-se pelo caráter marcadamente regulador e fiscalizador na produção, difusão e utilização desse recurso nas escolas.

No entanto, não havia nenhum tipo de compromisso estatal quanto à garantia do acesso e disponibilização do livro didático nas escolas. Esta continuava sendo uma tarefa das famílias e, no caso dos alunos mais necessitados que comprovadamente evidenciassem escassez de recursos, da caixa escolar de cada instituição de ensino (SILVA, 2017, p.107).

Além disso, de acordo com Silva (2017, p.107), “os critérios estabelecidos para o exame e a autorização dos livros didáticos que poderiam ser utilizados tinham um caráter predominantemente político-ideológico, secundarizando os aspectos didáticos”. Com isso, ainda segundo Silva (2017, p.107) esses aspectos evidenciaram as marcas do contexto em que essa política começou a se delinear e se desenvolver, um contexto de ditadura que definiu o chamado período do Estado Novo no Brasil e que se estendeu até 1945.

Em 1956, após o fim do Estado Novo, foi instituída no âmbito do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) a Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), por meio do Decreto Nº 38.556/1956, com a tarefa de “estudar e promover medidas referentes à produção e à distribuição de material didático, com a finalidade de contribuir para melhoria de sua qualidade e difusão do seu emprego bem como para a sua progressiva padronização” (Art. 2º).

Mesmo sem ter revogado ou alterado as políticas em torno do livro didático que vinham em curso desde o final dos anos de 1930, a CNME introduziu mudanças expressivas no sentido de o Estado assumir novas funções nessas políticas no sentido de, além de alcançar as finalidades para quais fora criada, como contestar o elevado valor do ensino, de modo que fornecia materiais didáticos por valor considerado justo, contemplando aos estudantes que não dispunham de condições para efetuar o pagamento.

O Decreto Nº 53.585/1964 foi publicado em fevereiro de 1964 e autorizava ao MEC “editar livros didáticos de todos os níveis e graus de ensino, para distribuição gratuita e venda a preço de custo em todo o País”. Entretanto, em abril do mesmo ano, no contexto do novo regime ditatorial vigente, essa autorização foi revogada pelo Decreto Nº 53.887/1964 e, foi mais uma vez, colocado em evidência o papel da CNME de assegurar a publicação e distribuição de livros didáticos.

No ano de 1971, o Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), realizado entre 1971 e 1976, assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros até então a cargo da Colted. A contrapartida das Unidades da Federação torna-se necessária com o término do convênio MEC/Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), efetivando-se com a implantação do sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático.

Nesse período, foi instituída a Fundação Nacional de Material Escolar (Fename), por meio da Lei Nº 5.327/1967, que incorporou todo o acervo da CMNE, e tinha por finalidade, inicial, “a produção e distribuição de material didático de modo a contribuir para a melhoria

de sua qualidade, preço e utilização” (Art. 3º). Após a extinção da Colted, a Fename assumiu as atribuições da Comissão relativas aos livros didáticos. A partir de 1976, a Fename assumiu, também, a coordenação do Plidef, anteriormente sob a incumbência do INL. Além disso, nos anos que se seguiram, a Fename manteve e intensificou a política de produção de livros didáticos, em coedição com editoras privadas, de modo a cumprir os objetivos do MEC que eram abranger alunos sem condições financeiras e de localidades distantes, além de impor com a concorrência o barateamento dos livros das editoras privadas. Todos esses programas previam a contrapartida financeira dos estados da federação para sua operacionalização.

Sequencialmente, essa política foi conduzida pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que veio a substituir a Fename com a publicação da Lei Nº 7.091/1983. A partir desse ano coube à FAE a condução do Plidef e, após avaliação realizada por grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos, dois anos depois, 1985, foi editado o Decreto Nº 91.542/1985 que instituiu o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que traz diversas mudanças, como: indicação do livro didático pelos professores; reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias; fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

Até aqui, de acordo com Silva (2017, p.110), é possível dizer que as políticas referentes a produção, desenvolvimento e distribuição do livro didático foram determinantes para a constituição e consolidação de um mercado editorial de livro didático.

Por outro lado, o Estado intencionava garantir o controle sobre essas publicações ao definir parâmetros e critérios que norteavam as avaliações realizadas visando à autorização para uso e/ou aquisição dos livros didáticos a serem trabalhados nas escolas. Além disso, atuava na publicação do livro didático, porém grande parte dessas publicações era realizada em coedição, favorecendo o mercado editorial de livro didático.

A partir de 1985, com a regulamentação do PNLD e sua implantação em 1986, houve a consolidação de políticas e práticas em torno do livro didático que vinham até então sendo desenvolvidas. Em contra partida, introduziram alterações que marcaram essas políticas nos anos subsequentes até os dias atuais.



Nessa perspectiva, além do já citado fato de haver a participação dos professores no PNLD, outras características e requisitos passaram a orientar as políticas em torno do livro didático, que segundo Silva (2017, p.110) foram:

somente seriam utilizados livros que fossem reutilizáveis; a seleção dos livros seria feita por escola, série e componente curricular; os estados deixaram de ter que participar financeiramente do programa; a gestão do programa continuava a cargo da FAE, porém a formulação, supervisão e avaliação da política do livro didático ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Grau do MEC; estava prevista a extensão da oferta do livro a todos os alunos do 1º grau, o que veio a se efetivar somente em 1996.

Referindo-se as mudanças, é possível dizer que, outra modificação foi o fato de que o Estado deixou de atuar na produção-edição de livros didáticos, ainda que em coedição, e teve como foco a avaliação e aquisição das obras destinadas às escolas.

A FAE atuou no PNLD até 1997, quando foi extinta e teve suas funções assumidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que desde os anos de 1960 atuava no financiamento dos programas da área do livro didático e outros programas governamentais.

Somente a partir de 1993 começaram a ser destinados no orçamento do MEC recursos para aquisição de livros didáticos para os alunos das escolas públicas, o que foi determinante para se estabelecer um fluxo regular para o financiamento e manutenção do PNLD.

Em 1996, foi instituída a avaliação pedagógica dos livros didáticos realizada por especialistas de distintas áreas do conhecimento. Assim, foi criado, também, o Guia de livros didáticos, produzido a partir das avaliações e análises desses especialistas e que passou a ser encaminhado aos professores para subsidiar o processo de escolha do livro a ser adotado e utilizado nas respectivas escolas.

No início, o PNLD contemplou a aquisição e distribuição de livros nas áreas de português e matemática para os primeiros anos do Ensino Fundamental. Nos anos seguintes o programa foi ampliando, gradualmente, tanto no que se refere as áreas de conhecimento quanto as etapas/séries que passaram a ser atendidas com a seleção e disponibilização de livro didático.

A partir do exposto, Silva (2017, p. 113) diz que:

Para tanto se definiu um cronograma do programa de modo que, alternadamente, ao longo de um triênio, a cada ano, eram adquiridos e disponibilizados livros didáticos para cada etapa da escolarização. Assim, dentro de determinado triênio, em um primeiro ano eram selecionados e adquiridos livros didáticos para os anos iniciais do Ensino Fundamental; no ano subsequente os livros para os anos finais do Ensino Fundamental e no terceiro ano do triênio os livros didáticos destinados ao Ensino Médio.

Esses fatos aconteciam, à medida que se consolidaram as etapas do processo de avaliação, seleção e aquisição dos livros didáticos por meio da publicação anual dos respectivos editais do PNLD. Assim, a partir da divulgação do edital, em que eram definidos critérios, requisitos, especificações técnicas e vários outros aspectos a serem observados nos livros didáticos, as editoras procediam à inscrição das obras a serem avaliadas. Após vencer essa etapa, as obras passavam por um processo de triagem e pré-análise, momento em que eram verificados aspectos quanto à qualidade técnica da publicação. Após ultrapassar essas duas etapas, as obras que atendiam aos requisitos do edital eram encaminhadas para a avaliação pedagógica por parte das comissões de especialistas. Após a avaliação pedagógica e sua divulgação, o MEC responsabilizava-se por elaborar o Guia de livros didáticos com informações sobre as obras aprovadas. Esse Guia era enviado às escolas para nortear o trabalho dos professores no processo de escolha do livro didático a ser adotado em cada série e área de conhecimento. Após estas definições, o FNDE encaminhava a negociação junto às editoras para aquisição das obras e sua posterior distribuição para as escolas, conforme escolha realizada preliminarmente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dessa forma, de acordo com Silva (2017, p. 113), a partir dos anos 2000 o PNLD passou a contemplar obras de outra natureza além do livro didático, porém sem se ter assegurada a mesma continuidade na aquisição dessas obras, como dicionários, atlas geográfico. A partir de 2001 começaram a serem adquiridos no âmbito do PNLD livros didáticos em braile para atender aos alunos com deficiência visual. Em sequência, foram contemplados livros em libras, caracteres ampliados e na versão MECDaisy<sup>4</sup>; livros direcionados à alfabetização de jovens e adultos. Com esta configuração do PNLD foi publicado em 2010 o Decreto Nº 7.084 (27 de janeiro de 2010), que viria a dar nova regulamentação para o programa.

Aqui, faz-se necessário dizer que o Decreto Nº 7.084/2010, não tratou apenas do livro didático e do PNLD, mas se propôs a regulamentar “os programas de material didático” no âmbito do MEC, com vistas a “prover as escolas de educação básica pública [...] obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa,

---

<sup>4</sup>O MECDaisy é um software desenvolvido pela UFRJ que permite a leitura / audição de livros no formato Daisy. O formato Daisy – Digital Accessible Information System – é um padrão de digitalização de documentos utilizado para a produção de livros acessíveis. Ao contrário dos áudio-books, o MECDaisy permite a navegação facilitada pelos livros e maior interação no momento da leitura, possibilitando a localização de termos e palavras, navegação ágil pelo índice do livro, inclusão de notas, tudo isso através de orientações verbalizadas pelo próprio sistema.

de forma sistemática, regular e gratuita” (Art. 1º). Entretanto, mesmo na perspectiva de aumentar a abrangência de atuação, ao se referir a programas de material didático, a regulamentação nele preconizada está voltada, predominantemente, para o PNLD e o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)<sup>5</sup>.

A atual regulamentação relativa ao PNLD teve como característica principal consolidar processos e práticas estavam se desenvolvendo nas políticas públicas relativas ao livro didático, mesmo que apontasse para alguns elementos novos para essas políticas.

Uma outra peculiaridade da norma relaciona-se ao grau de detalhamento e precisão que a mesma traz, se comparada com a regra anterior. Esse detalhamento acaba por contribuir para que haja uma perspectiva de permanência e continuidade nos programas por ela regulamentados ao passo em que cria uma base jurídica mais estável, orientando os respectivos processos e práticas de gestão e funcionamento.

Desde sua implantação até a proposição do Decreto, observou-se que a regulamentação e o funcionamento do PNLD se davam, essencialmente, por meio dos editais lançados anualmente, de portarias ministeriais e resoluções do FNDE. Esses instrumentos continuam sendo editados anualmente e a cada ação do programa, porém, alguns de seus elementos e fundamentos foram incorporados ao Decreto em análise, o que valida a concepção de esse ato normativo contribuir na consolidação de processos e práticas vigentes no Programa, como dito anteriormente.

Outro aspecto a ser considerado quanto às modificações ao longo da implementação do PNLD versa sobre a incorporação do uso de novas tecnologias articuladas ao livro didático, previsto, a partir de 2012, de que as editoras pudessem apresentar junto aos livros didáticos submetidos a partir de então, objetos educacionais digitais (jogos, vídeos, infográficos, simuladores, animações) por meio de material multimídia que complementasse assuntos abordados nos livros inscritos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos aqui, é possível dizer que parte da pesquisa tendo sido realizada com afinco, atingiu seus objetivos no que se refere ao fato de ter definido o livro, o livro didático e a necessidade de haver um livro específico para o sujeito do campo. Entretanto, a elaboração

---

<sup>5</sup>O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito de forma alternada: ou são contempladas as escolas de educação infantil, de Ensino Fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos, ou são atendidas as escolas de Ensino Fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.

desse material, para o atendimento dessa finalidade maior, deve estar em consonância com o que determina as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (DOEC).

Essa assertiva não é foco do texto apresentado, de modo que ao chegarmos nessa sessão, é possível afirmar que a compreensão, uso e apresentação do livro vem ao longo das décadas se adequando ao atendimento de público específico, na tentativa de suprir necessidades próprias de seus usuários, sem desconsiderar todo o aspecto mercadológico que também evoluiu ao passar dos anos.

## REFERÊNCIAS

FISCARELLI, Rosilene Batista de Oliveira; Manual didático e prática docente. Revista Ibero-americana de estudos em educação. Unesp. v. 2, p. 1-9, 2007

Disponível em:

<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/454>

Acesso em: 06 de março de 2018.

GONÇALVES, P. C. C. Políticas públicas de livro didático: elementos para compreensão da agenda de políticas públicas em educação do Brasil. 2017. 201f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

PEREIRA, Vanderléa Andrade. O texto e o contexto do livro didático na Educação do Campo. In: LIMA, Elmo de Souza; SILVA, Ariosto Moura (Org.). Diálogos sobre Educação do Campo. 2. Ed. Teresina: Edufpi, 2014.

SILVA, Marcelo Soares Pereira. O livro didático como política pública: perspectivas históricas. In: Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. ROCHA, Helenice. REZNICK, Luis. MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). Rio de Janeiro. FGV Editora. 2017.

SOUZA, Salete Eduardo de. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. Arq Mudi. 2007;11(Supl.2).

Disponível em:

<http://www.dma.ufv.br/downloads/MAT%20103/2015-II/slides/Rec%20Didaticos%20-%20MAT%20103%20-%202015-II.pdf>